



Reunificação familiar e acolhimento residencial em Portugal-Norte: visões dos intervenientes

Family Reunification and Residential Child Care in Northern-Portugal: Views of Participants

José Arizmendi, Ana Tomás de Almeida
Universidade do Minho

Resumo

Em Portugal, 2703 crianças em acolhimento perspectivam regressar para a família biológica. A investigação combina as perspetivas de crianças, pais e profissionais sobre reunificação familiar, identificando necessidades, comportamentos, procedimentos e atitudes. A amostra foi composta por 45 participantes, distribuídos em 6 grupos focais e 8 entrevistas semiestruturadas. Os resultados revelam que os sentimentos vivenciados pelas famílias durante o processo, a consciência dos problemas e da medida afetam a colaboração com os profissionais. Em complementaridade, os resultados apontam para a necessidade de intervenções socioeducativas durante o processo e de suporte específico após a saída do acolhimento.

Palavras-chave: reunificação familiar, resiliência, acolhimento residencial, proteção da infância

Abstract

In Portugal, 2703 children in Residential Care are expected to return to their biological families. The research combines the perspectives of children, parents and professionals about family reunification, identifying their needs, behaviour, procedures and attitudes. The sample was composed of 45 participants, distributed in 6 focus groups and 8 semi-structured interviews. Results showed that feelings experienced by families during the process and the awareness about the problems and the measure affect their collaboration with professionals. Moreover, results also point to the need of socio-educative interventions during the process and specific support after leaving care.

Keywords: family reunification; resilience; residential care; child welfare

Introdução

Entre os menores em acolhimento, 2703 crianças e jovens preveem regressar às famílias biológicas e, durante o último ano, 1291 menores reintegraram o agregado familiar (Instituto da Segurança Social, I.P., 2016). Porém, os resultados revelam a fragilidade destes processos, em particular quando 600 casos de reunificação familiar fracassaram durante o mesmo período de tempo e conduziram à replicação das medidas de acolhimento. Outras estatísticas de países

européus como Inglaterra e Dinamarca apresentam cifras similares após os dois primeiros anos de reunificação (Biehal, Sinclair, & Wade, 2015; Ubbesen, Petersen, Mortensen, & Kristensen, 2012).

Avaliação, resiliência, acolhimento e reunificação

A lei portuguesa (Lei nº 142/2015, de 08/09) favorece o trabalho junto das famílias, priorizando as relações significativas e o contexto familiar.

Apesar de a prática determinar que as famílias sejam avaliadas pelos profissionais das Casas e dos Serviços Sociais no início e saída do acolhimento, paradoxalmente, as dimensões de avaliação mantiveram-se maioritariamente centradas nas características individuais da criança e nas situações de risco das famílias. Este enfoque nos défices (Martín, Almeida, Cabrera, Miranda, & Rodrigo, 2014) tem implicações negativas na intervenção que apenas recentemente têm sido elucidadas com as abordagens ecológico-sistémicas.

No quadro dos modelos ecológicos, a avaliação das famílias em risco vai combinar à identificação dos riscos e das forças e fatores protetores, considerando que, este processo de identificação pode ter ganhos significativos na consciência e na motivação para a intervenção (Department of Health, 2000; Léveillé & Chamberland, 2010; Rodrigo, Camacho, Máiquez, Byrne, & Benito, 2009; Wulczyn, 2004).

A visão conjunta das características da criança, progenitores e contexto de vida reforça também a inclusão das famílias, mobilizando a sua resiliência individual e coletiva para superar desafios (Martín et al., 2014; Rodrigo, Máiquez, & Martín, 2005).

Além disso, na medida que as diferentes fases e etapas da reunificação familiar conduzem a mudanças e adaptações para superar momentos de adversidade e desafio, estas podem ser estudadas como processos de resiliência (Lietz & Strength, 2009; Luthar, Cicchetti, & Becker, 2000; Walsh, 1996).

As primeiras investigações de Lietz (2006) mostraram que as forças da família, mais do que os fatores de risco, permitiam uma melhor avaliação da família, ao ser

consistente e positiva a relação entre forças e funcionamento familiar mesmo em situações de risco. Um segundo estudo (Lietz, 2007) revelou que, embora com uma evolução não necessariamente linear, existiam diferentes fases no processo de resiliência familiar: 1) *sobrevivência*, 2) *adaptação*, 3) *aceitação*, 4) *fortalecimento* e, finalmente, 5) *ajuda aos outros*.

Em particular, no processo de acolhimento de crianças em risco é possível identificar dois momentos-chave: a separação da família e a posterior reunificação. Assim, é possível considerar quatro etapas, uma anterior e a outra posterior a cada momento-chave.

A primeira etapa corresponde, em relação à teoria da resiliência, ao momento de sobrevivência. Considera a comunicação da medida e o momento imediato de separação. É recomendado facilitar o contacto prévio com as Casas de Acolhimento e desenvolver determinados protocolos e rotinas que possam ajudar a família na adaptação à medida de acolhimento (Gobierno de Cantabria, 2008). Neste momento inicial, pais e crianças deparam-se ambos com diferentes perdas materiais, emocionais e culturais, experimentando sentimentos de luto, insegurança e medo que, logicamente, dificultam a compreensão das razões que levaram ao acolhimento e a aceitação da medida (Amorós & Palacios, 2004; Balsells et al., 2014; Balsells, Pastor, Mateos, Vaquero, & Urrea, 2015; Del Valle & Zurita, 2007).

Após a entrada na Casa de Acolhimento, a segunda etapa caracteriza-se pelo contacto progressivo entre a criança acolhida e os outros familiares. Os contactos foram habitualmente uma prática habitual na intervenção e no contacto básico entre as Casas e as famílias (Déprez & Wendland, 2015; Leathers, 2002; León & Palacios, 2004). Embora haja diversas visões sobre os benefícios das visitas, existe um consenso em que estas permitem avaliar e reforçar a relação entre as crianças e as famílias diminuindo a sensação de separação e abandono (Amorós & Palacios, 2004; Carnochan, Lee, & Austin, 2013; Déprez & Wendland, 2015; León & Palacios, 2004; López, Del Valle, Montserrat, & Bravo Arteaga, 2013; Sen, 2010; Sen & Broadhurst, 2011).

O regresso do menor só é possível quando a medida já não é necessária e as situações de perigo não existirem. Isto é apenas possível quando toda a família consegue realizar mudanças na situação que originou o acolhimento. Nesta etapa, a família consegue desenvolver uma nova visão sobre o seu progresso e valorizar o processo (Lietz & Strength, 2009), embora não estejam livres de incertezas, podendo aparecer sentimentos de medo, ansiedade, pressão ou receios de que o menor possa ter de regressar ao acolhimento (Balsells et al., 2013, 2014, 2015; Del Valle & Zurita, 2007; Wulczyn, 2004).

O processo de reunificação não termina quando a criança regressa ao seio da família biológica pois, nesta fase, todos precisam de apoio específico (Biehal, 2007; Knorth, Knot-dickscheit, & Thoburn, 2016). As experiências e sentimentos habituais neste novo estágio aparecem marcados pela vivência habitual de uma *lua de mel* e de diferentes sentimentos que vão desde a

felicidade até à insegurança e ao medo (Balsells et al., 2014, 2015; Del Valle & Zurita, 2007). O apoio social recebido resulta ser um fator protetor importante na prevenção do insucesso na reunificação e consolidação as mudanças realizadas (Lietz, Lacasse, & Cacciato, 2011; Terling, 1999). E, por sua vez, as famílias também podem transformar-se em agentes pró-ativos, apoiando outras famílias em processos de acolhimento (Balsells et al., 2015; Lietz, 2007; Lietz et al., 2011; Lietz & Strength, 2009).

Com exceção das estatísticas apresentadas, os processos de reunificação para crianças e jovens em acolhimento são ainda pouco estudados em Portugal. Para obviar a esta tendência, este trabalho pretende comunicar os resultados de investigação depois de analisar, em contexto de entrevistas e grupos focais, as perspetivas dos diferentes intervenientes sobre os elementos que favorecem e dificultam a reunificação das famílias com crianças em acolhimento.

Metodologia

Desenho de investigação

Optando por um desenho qualitativo, a presente investigação realiza um estudo exploratório da realidade portuguesa ao analisar os discursos dos participantes.

Objetivos

O principal objetivo de estudo consistiu em comparar as perspetivas de crianças, pais e profissionais envolvidos nos processos de acolhimento residencial sobre a reunificação familiar, para poder determinar as necessidades nas diferentes etapas do processo e identificar comportamentos, procedimentos, atitudes e a consciência das mudanças em relação à reunificação familiar.

Participantes e seleção da amostra

Para a seleção da amostra foram definidos diferentes critérios para cada grupo: os profissionais deviam trabalhar nas Casas de Acolhimento como técnicos ou educadores no mínimo há mais de 6 meses; as crianças, com idades entre os 8 e os 19 anos, não deviam ser portadoras de deficiência cognitiva e deviam ter saído durante o último mês ou estar prestes a sair do acolhimento; no caso dos pais, estes foram recrutados entre os progenitores dos menores selecionados.

A amostra contou com um total de 45 pessoas de 6 Casas de Acolhimento diferentes: 27 profissionais das Casas, 11 crianças e 7 pais/mães participaram no estudo. Os profissionais, maioritariamente do sexo feminino, tinham idades compreendidas entre os 24 e os 59 anos ($M=38.3$; $SD=8.91$), observando-se uma correlação significativa positiva entre o papel (técnico ou educador) e o nível de habilitações ($r_s=.692$, $p<.001$). Na amostra das crianças registou-se uma distribuição equilibrada entre sexos na faixa etária dos 11 e os 19 anos, com a média de 14.18 ($SD=2.71$), sendo que 6 (54.55%) crianças permaneceram durante mais de dois anos no acolhimento antes de regressar junto da família. A amostra de pais, com idades entre os 25 e os 52 anos ($M=37.71$; $SD=9.55$), foi constituída por 5 (71.4%)

mulheres e 2 (28.6%) homens. A análise da estrutura familiar apresentou 3 (42.9%) famílias monoparentais e 4 (57.1%) famílias reconstituídas.

Instrumentos

Foi usado um método misto de grupos focais e de entrevistas semiestruturadas com os diferentes participantes. Para os grupos focais e para as entrevistas foram elaborados guiões com questões sobre as etapas do acolhimento e reunificação e sobre a consciência das mudanças nas famílias. Cada guião estava adaptado ao público alvo, facilitando a linguagem.

Também foram elaborados três questionários sociodemográficos para a recolha de dados.

Procedimentos

O contacto com as Casas de Acolhimento foi realizado em conjunto com o Serviço de Infância e Juventude do Instituto da Segurança Social portuguesa. 6 Casas foram envolvidas na investigação, sendo que estas encarregaram-se de contactar os profissionais, pais e crianças que se adequavam aos critérios de seleção, realizando-se a seguir a recolha de dados. Os grupos focais e as entrevistas foram gravadas em áudio, transcritas e analisadas com o apoio de software Atlas.ti 1.0.51. A partir do trabalho de análise foram definidas as categorias e códigos num método misto dedutivo e indutivo de análise.

Tabela 1.

Grupos focais e entrevistas segundo participantes

Instrumento	Grupo Focal	Entrevistas
Profissionais	5	1
Crianças/jovens	1	3
Pais/mães	-	4

Confiabilidade e credibilidade

O desenho de investigação incluiu a perspetiva multiparticipante para triangular as visões. Os guiões foram revisados por investigadores experimentados e contrastados com profissionais, crianças e uma mãe que não fizeram parte da amostra. As mudanças permitiram uma maior adequação da linguagem. A recolha de dados, gravada em áudio e transcrita, foi apoiada com notas de campo. No momento da análise de conteúdo foi realizado um processo contínuo de comparação para garantir a uniformidade, precisão e diferença dos códigos e categorias. Finalmente, foi aplicado um processo de *Intercoder Reliability* (ICR), com dois investigadores noveles, aplicando uma estatística diferencial entre as suas análises conhecida como alfa de Krippendorff (Hayes & Krippendorff, 2007; Krippendorff, 2004). Embora sem ser muito forte, os resultados asseguram um bom nível de ICR.

Ética

Os procedimentos éticos incluíram a aprovação do estudo pela Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH) da Universidade do Minho, a obtenção dos consentimentos informados por escrito e a informação dada aos participantes acerca do

carácter voluntário da participação, anonimato e a confidencialidade.

Resultados

A análise de conteúdo permitiu a construção de um sistema de categorias que incluiu a consciência que os intervenientes têm sobre o processo, os sentimentos das famílias, a colaboração com os profissionais e os apoios recebidos, desde a rede formal e informal.

Consciência do processo

A consciencialização evoluiu com as fases da reunificação com ênfases diferentes nos profissionais, pais e crianças. A percepção inicial que as famílias revelam das suas necessidades não é clara e os esforços dos profissionais estão dirigidos à aceitação da medida.

“Eles acabam por não ter a consciência de que têm esse problema e que as crianças precisam de sair do meio familiar. Muitas vezes acabam por aceitar até, confiando nos técnicos, que a situação se vai resolver, mas dificilmente têm essa percepção que realmente não podem ter as crianças consigo. É um trabalho também que os técnicos têm que fazer, não é?” (Técnico)

“Realmente não havia outra solução senão ele ser institucionalizado. Na altura, eu nem sei bem o que... Não é aquilo que eu queria, mas eu tinha que me mentalizar que era a única saída. Não havia outra forma.” (Mãe)

Uma dificuldade para as famílias situa-se na informação comunicada sobre o tempo de acolhimento, especialmente por causa do prolongamento de medidas.

Nas famílias, quando está próxima à reunificação, embora exista consciência sobre as dificuldades que poderão existir, estas são maioritariamente atribuídas aos outros elementos do agregado familiar.

Em todos os participantes, a consciência das mudanças está geralmente focada na criança (comportamento, escola e regras).

Sentimentos

O leque de sentimentos vivenciados dão nota de que a aplicação de uma medida de acolhimento supõe para as crianças e para os pais uma experiência de choque emocional, com sentimentos muitas vezes confusos e opostos, que variam entre a raiva, o desânimo, o medo, a incerteza e a necessidade de apoio.

“É um sentimento duplo: nós achamos que nos vão realmente ajudar e também que nós nos sentimos desamparadas, com... No fundo, traídas porque nos estão a tirar também os nossos filhos, não é? No fundo, aquilo que eu sinto é a impotência de não conseguir fazer o meu papel.” (Mãe)

“Ao princípio não é assim tão mau, mas depois começa a dar aquela dor, aquelas saudades.” (Criança)

Os pais também podem sentir-se com medo de serem substituídos ou perderem os filhos. Este medo mantém-se e ainda é possível observá-lo nos momentos prévios à reunificação ou mesmo após esta ter acontecido.

“Eu, eu também agora tenho, tenho um bocado de medo, não é? Porque à mínima... Não é? Eles... Não é? Como já estou marcada, não é? Se eu fizesse alguma coisa de mau, não é?” (Mãe).

Embora reconhecendo as dificuldades que levaram para o acolhimento, tanto os pais como as crianças revelam que a vinculação entre eles e o desejo de voltar a estar juntos é o maior motor para a reunificação.

As crianças valorizam a criação de novos vínculos com cuidadores e colegas da Casa de Acolhimento.

Colaboração das famílias

A colaboração que se estabelece entre famílias e profissionais depende em grande medida da consciência e da aceitação da medida. A separação é vivida na maioria das vezes como uma contrariedade pelas famílias, não facilitando a colaboração. O processo colaborativo é construído no seio da relação entre técnicos e famílias. A comunicação entre as partes será um fator chave, considerando que a principal motivação para a família se envolver será perspetivar o regresso dos filhos. Um risco é reduzir a relação à supervisão da família mais ou menos formal. A colaboração também evolui e nos momentos prévios à reunificação a família apresenta maior abertura para acolher os conselhos dos profissionais.

Apoios

O processo de apoio inclui o tempo e o contexto do acolhimento e o do regresso à família, analisando os fornecidos por profissionais e por outras redes informais.

Apoios formais. O apoio à integração no contexto do acolhimento é um momento especialmente delicado, focado principalmente na criança e nas novas rotinas e relações que vai estabelecer. Em relação às famílias, os profissionais reconhecem que as visitas e contactos permitem a sua intervenção psicoeducativa e são a principal fonte de informação e supervisão.

Tanto as famílias como os profissionais reconhecem que o papel dos técnicos gestores externos está circunscrito à supervisão do processo, com limitações na intervenção inicial precoce e no acompanhamento após a saída das Casas de Acolhimento, por falta de recursos. Este condicionamento é também experimentado entre os profissionais das Casas no seu trabalho. O apoio pós-acolhimento é avaliado em baixa comparado ao que foi experimentado durante o acolhimento, embora este se mantenha através de figuras da Casa cuja relação com crianças e pais mantém-se mais próxima e quotidiana.

Após a saída do acolhimento, a relação com os profissionais mantém-se num registo não formal. As crianças e os pais agradecem este suporte, mas prefeririam que tivesse um cariz mais formal.

“E os miúdos que vão para casa, poderiam ser na mesma acompanhados pela psicóloga de aqui [da Casa de Acolhimento], que os acompanhou todo o ano e que já os conhece.” (Pai)

Rede de apoio informal. Estas relações favorecem que as famílias possam ultrapassar as dificuldades que

aparecem durante o processo de reunificação. Embora estas redes não sejam ou tenham sido alguma vez muito extensas ou fortes, incluem alguns familiares ou colegas de trabalho mais próximos. Segundo os profissionais, estes apoios, que também são objeto de avaliação, terminam por não ser consistentes ao longo do tempo.

Discussão

Os processos de reunificação familiar são um desafio para profissionais, famílias e crianças em acolhimento. Como indicam outros estudos (Balsells et al., 2013, 2014), embora as famílias sintam que precisam de ajuda, resulta difícil no início identificar os problemas, influenciados pelos sentimentos gerados na separação. O investimento na prevenção e na intervenção precoce têm um papel chave na proteção da infância (Rodrigo, Máiquez, & Martín, 2010), embora os recursos sejam poucos e centrados na avaliação da família. A colaboração entre as famílias e os profissionais passa pela construção de relações de apoio. As visitas, no entender dos profissionais, são importantes para observar as relações, proporcionar apoios e aconselhar os pais e incluir os progenitores nas rotinas das crianças. A gestão externa dos casos e o modo como são tomadas as decisões influencia a preparação da saída do acolhimento. Tanto as estatísticas (Instituto da Segurança Social, I.P., 2016) como as famílias mostram que as medidas de acompanhamento posterior não são frequentes ou adequadas às necessidades reais. Por outro lado, a atenção na intervenção está principalmente centrada na criança e embora os profissionais também pretendam o fortalecimento das famílias, estes unicamente identificaram mudanças nos progenitores quando questionados especificamente.

Das limitações deste estudo destacaremos que os resultados do estudo não são generalizáveis pelo facto de se tratar de uma amostra não-probabilística e, além do número de casos, parte do recrutamento da amostra foi realizada pelos próprios profissionais. O contacto com as famílias que abandonaram o acolhimento foi difícil e teria sido importante incluir a visão de outros profissionais do sistema de proteção estranhos às Casas de Acolhimento. Também é possível ampliar o estudo com a análise das intervenções nos Planos Sócio-Educativos Individualizados.

Conclusões

As necessidades das famílias com crianças em acolhimento podem ser identificadas em três níveis diferentes. Primeiro, embora a consciência das forças e dos problemas aumente ao longo do processo de reunificação, precisam de apoios para realizar este caminho. Em segundo lugar, o processo de acolhimento é emocionalmente exigente, e tanto as crianças como os progenitores precisam de ajuda para lidar com os desafios que se colocam. Finalmente, os apoios formais e informais durante a reunificação favorecem o processo, mas a falta de recursos para o adequado acompanhamento após a saída do acolhimento pode ameaçar o sucesso da reunificação.

Referencias

- Amorós, P., & Palacios, J. (2004). *Acogimiento familiar*. Madrid: Alianza Editorial.
- Balsells, M. À., Pastor, C., Amorós, P., Mateos, A., Ponce, C., & Navajas, A. (2014). Child Welfare and Successful Reunification through the Socio-Educative Process: Training Needs among Biological Families in Spain. *Social Sciences*, 3(4), 809–826. <http://doi.org/10.3390/socsci3040809>
- Balsells, M. À., Pastor, C., Mateos, A., Vaquero, E., & Urrea, A. (2015). Exploring the needs of parents for achieving reunification: The views of foster children, birth family and social workers in Spain. *Children and Youth Services Review*, 48, 159–166. <http://doi.org/10.1016/j.childyouth.2014.12.016>
- Balsells, M. À., Pastor, C., Molina, M. C., Fuentes-Peláez, N., Vaquero, E., & Mundet, A. (2013). Child welfare and successful reunification: Understanding of the family difficulties during the socio-educative process. *Revista de Cercetare si Interventie Sociala*, 42, 228–247.
- Biehal, N. (2007). Reuniting children with their families: Reconsidering the evidence on timing, contact and outcomes. *British Journal of Social Work*, 37(5), 807–823. <http://doi.org/10.1093/bjsw/bcl051>
- Biehal, N., Sinclair, I., & Wade, J. (2015). Reunifying abused or neglected children: Decision-making and outcomes. *Child Abuse & Neglect*, 49, 107–118. <http://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.04.014>
- Carnochan, S., Lee, C., & Austin, M. J. (2013). Achieving Timely Reunification: Performance Pointers. *Journal of Evidence-Based Social Work*, 10(3), 179–195. <http://doi.org/10.1080/15433714.2013.788948>
- Del Valle, J. F., & Zurita, J. F. (2007). *El acogimiento residencial en la protección a la infancia* (3.a ed.). Madrid: Ediciones Pirámide.
- Department of Health. (2000). *Framework for the Assessment of Children in Need and Their Families*. London: The Stationery Office.
- Déprez, A., & Wendland, J. (2015). La visite parentale chez l'enfant placé, une revue de la littérature. *Annales Medico-Psychologiques*, 173(6), 494–498. <http://doi.org/10.1016/j.amp.2013.07.009>
- Gobierno de Cantabria. (2008). *Manual Cantabria vol 5. Modelo de Intervención en Acogimiento Residencial*. Santander: Dirección General de Políticas Sociales.
- Hayes, A. F., & Krippendorff, K. (2007). Answering the Call for a Standard Reliability Measure for Coding Data. *Communication Methods and Measures*, 1(1), 77–89. <http://doi.org/10.1080/19312450709336664>
- Instituto da Segurança Social, I. P. (2016). *CASA 2015 - Relatório da Caracterização Anual de Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisbon: Instituto da Segurança Social, I.P.
- Knorth, E. J., Knot-dickscheit, J., & Thoburn, J. (2016). Supporting children when providing services to families experiencing multiple problems. *International Journal of Child and Family Welfare*, 1(March), 2–10.
- Krippendorff, K. (2004). Reliability in content analysis: Some common misconceptions and recommendations. *Human Communication Research*, 30(3), 411–433. <http://doi.org/10.1111/j.1468-2958.2004.tb00738.x>
- Leathers, S. J. (2002). Parental visiting and family reunification: Could inclusive practice make a difference? *Child Welfare*, 81(4), 595–616.
- León, E., & Palacios, J. (2004). Las visitas de los padres y la reunificación familiar tras el acogimiento. *Portularia*, 4, 241–248.
- Léveillé, S., & Chamberland, C. (2010). Toward a general model for child welfare and protection services. *Children and Youth Services Review*, 32(7), 929–944. <http://doi.org/10.1016/j.childyouth.2010.03.009>
- Lietz, C. A. (2006). Uncovering Stories of Family Resilience: A Mixed Methods Study of Resilient Families, Part 1. *Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services*, 87(4), 575–582. <http://doi.org/10.1606/1044-3894.3573>
- Lietz, C. A. (2007). Uncovering Stories of Family Resilience: A Mixed Methods Study of Resilient Families, Part 2. *Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services*, 88(1), 147–155. <http://doi.org/10.1606/1044-3894.3602>
- Lietz, C. A., Lacasse, J. R., & Cacciatore, J. (2011). Social Support in Family Reunification: A Qualitative Study. *Journal of Family Social Work*, 14(1), 3.20. <http://doi.org/10.1080/10522158.2011.531454>
- Lietz, C. A., & Strength, M. (2009). Stories of Successful Reunification: A Narrative Study of Family Resilience in Child Welfare. <http://doi.org/10.1606/1044-3894.4102>
- López, M., Del Valle, J. F., Montserrat, C., & Bravo Arteaga, A. (2013). Factors associated with family reunification for children in foster care. *Child and Family Social Work*, 18(2), 226–236. <http://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2012.00847.x>
- Luthar, S. S., Cicchetti, D., & Becker, B. (2000). The construct of resilience: a critical evaluation and guidelines for future work. *Child development*, 71(3), 543–562. <http://doi.org/10.1111/1467-8624.00164>
- Martín, J. C., Almeida, A. M. T., Cabrera, E., Miranda, C., & Rodrigo, M. J. (2014). La evaluación de riesgos y fortalezas en Parentalidad Positiva. Em M. J. Rodrigo, M. L. Máiquez, J. C. Martín, S. Byrne, & B. Rodríguez (Eds.), *Manual práctico de parentalidad positiva* (pp. 45–65). Editorial Síntesis.
- Rodrigo, M. J., Camacho, J., Máiquez, M. L., Byrne, S., & Benito, J. M. (2009). Factores que influyen en el pronóstico de recuperación de las familias en riesgo psicosocial. *Psicothema*, 21(1), 90–96.
- Rodrigo, M. J., Máiquez, M. L., & Martín, J. C. (2005). Buenas Prácticas profesionales para el apoyo a la parentalidad positiva. Madrid: FEMP.
- Sen, R. (2010). Managing contact in Scotland for children in non-permanent out-of-home placement. *Child Abuse Review*, 19(6), 423–437. <http://doi.org/10.1002/car.1139>
- Sen, R., & Broadhurst, K. (2011). Contact between children in out-of-home placements and their family and friends networks: a research review. *Child and*

- Family Social Work, 16(3), 298–309.
<http://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2010.00741.x>
- Terling, T. (1999). The efficacy of family reunification practices: Reentry rates and correlates of reentry for abused and neglected children reunited with their families. *Child Abuse and Neglect*, 23(12), 1359–1370. [http://doi.org/10.1016/S0145-2134\(99\)00103-9](http://doi.org/10.1016/S0145-2134(99)00103-9)
- Ubbesen, M. B., Petersen, L., Mortensen, P. B., & Kristensen, O. S. (2012). Out of care and into care again. *Children and Youth Services Review*, 34(11), 2147–2155.
<http://doi.org/10.1016/j.childyouth.2012.07.014>
- Walsh, F. (1996). Family resilience: A concept and its application. Crisis and challenge. *Family Process*, 35, 1–14.
<http://doi.org/10.1111/j.1545-5300.1996.00261.x>
- Wulczyn, F. (2004). Family reunification. *Children, Families, and Foster Care*, 14(1), 94–113.